

Núcleo Executivo

Ata nº 216

Realizou-se no dia 20 de novembro de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na Divisão de Intervenção Social, uma reunião de Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social da Amadora.

Estiveram presentes na reunião Cristina Farinha, Presidente do CLAS, Ana Moreno, Coordenadora do N.E. do CLAS, Ana Costa, técnica de apoio ao NE, Susana Nogueira do ISS, I.P., Serviço Amadora-Lisboa, Mónica Santos do ISS, IP, Helena Lourenço, do IEFP – Centro de Emprego da Amadora, Miguel Alves, representante da Santa Casa da Misericórdia da Amadora, Ana Paula Correia, da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e Ana Isabel Rego do ACES Amadora.

Deu-se início à reunião com o primeiro ponto da ordem de trabalhos, tendo a Sra. Presidente do CLAS, **Dra. Cristina Farinha** informado os parceiros que a Autarquia se encontra a elaborar, em conjunto com o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, o Plano Estratégico para o Envelhecimento Sustentável, documento que propõe uma intervenção na cidade e nas suas diversas componentes que a prepare para o processo de envelhecimento populacional. Pretendendo-se envolver outros parceiros além dos da área social, como sejam os diversos serviços da Autarquia, entidades públicas como o IEFP e as empresas. Este envolvimento será formalizado num pacto a ser assinado pelas partes, formalizando o compromisso a assumir. Informou ainda que em dezembro deverá ocorrer um encontro de parceiros, sendo que os investigadores da universidade deverão até lá realizar encontros bilaterais com os diversos parceiros.

A Sra. Presidente do CLAS, **Dra. Cristina Farinha** referiu também, introduzindo o primeiro ponto da ordem de trabalhos, que diversas instituições prestadoras de SAD têm vindo a manifestar dificuldades na gestão financeira dos seus recursos como consequência da alteração das regras na gestão das vagas de apoio domiciliário. Por outro lado, afirmou ter conhecimento do encerramento previsto de um centro de dia da cidade, referindo ainda que a sua perceção é de que esta resposta social estará a perder utentes pela sua desadequação às necessidades, colocando assim em causa a sua sustentabilidade. Neste âmbito, referiu que o NE considerou importante a presença da Dra. Mónica Santos.

A **Dra. Mónica Santos** da Segurança Social, IP referiu que a diminuição do número de utentes em Centro de Dia estará relacionada com a falta de

identificação dos seniores com o ambiente existente, uma vez que esta resposta é frequentada por muitos utentes com problemas de demências. Apesar de não constituir objetivo da resposta social, referiu que o Centro de Dia constitui alternativa para as famílias cuidarem dos idosos com demências. Por outro lado, a Dra. Mónica referiu haver alguma dificuldade na gestão dos recursos financeiros por parte das direções.

Informou que foi constituído na Segurança Social um grupo de trabalho para repensar a resposta de Centro de Dia. Afirmou ainda que existe a possibilidade do acordo do centro de dia do Casal de São José, a encerrar no final de 2015, ser transferido para outra instituição.

Os presentes demonstraram preocupação com a ausência de respostas para utentes com problemas de demência, referindo que o trabalho com esta problemática teria de envolver os serviços de saúde.

Relativamente à resposta de Apoio Domiciliário, a Dra. Mónica Santos informou que as alterações à gestão das vagas protocoladas com a Segurança Social foram estabelecidas na Portaria de 38/2013, sendo que apenas em 2015 entraram em vigor. Referiu que ao contrário do que se passava, atualmente a Segurança Social comparticipa o número de serviços de que o utente usufrui, deixando de atribuir um valor fixo por pessoa. Por outro lado, para ser comparticipado pela Segurança Social o utente necessita de usufruir de pelo menos dois serviços de apoio domiciliário, podendo a comparticipação ser majorada até 145% caso o utente usufrua de 6 serviços.

A Dra. Mónica Santos informou ainda que a comparticipação dos utentes é definida pelas Instituições, sendo que a maioria estabeleceu a percentagem máxima, de 75%.

Os presentes debateram a dificuldade que as instituições estão a ter para manter os utentes em SAD, pela elevada percentagem que os mesmos comparticipam. Por outro lado, foi ainda referido que as instituições se estruturaram com base em pressupostos que garantiam os seus custos fixos; alterando estes pressupostos, fica por assegurar a sustentabilidade financeira das mesmas.

A Dra. Mónica Santos informou ainda que foi alterada a composição de Agregado Familiar para efeitos de integração em ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas. Para o cálculo da comparticipação passam a ser apenas contabilizadas as despesas e rendimentos do próprio utente.

Os presentes debateram a necessidade de maior articulação entre as áreas da saúde e do social no acompanhamento das pessoas idosas. Neste contexto, foi debatida a experiência do projeto Beyond Silos.

A Dra. Ana Moreno introduziu o segundo ponto da ordem de trabalhos, relativo ao acolhimento de refugiados na Amadora. Informou que no dia 12 de novembro tinha havido uma reunião entre as Autarquias da AML e o SEF, tendo

sido solicitado às Câmaras Municipais algum cuidado nos processos de acolhimento, tendo sido referida a importância do mapeamento das respostas disponíveis. Foi solicitada a articulação com as Redes Sociais.

Foi prestada a informação de que Portugal deverá acolher 4.574 refugiados até 2017, provenientes da Eritreia, Iraque e Síria. A distribuição geográfica das pessoas deverá ser garantida pelo SEF, existindo financiamento de 28 milhões de euros do Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI). A Dra. Ana Moreno referiu que cada adulto terá direito a 6.000€ durante 18 meses e cada criança a 4.000€ pelo mesmo período, ficando o custo com habitação excluído desta verba. Estas verbas deverão ser atribuídas para gestão às IPSS locais, em articulação com as RLIS e SAAS existentes.

Posteriormente os presentes analisaram o mapeamento das repostas sociais e projetos existentes na Amadora, tendo iniciado a referenciação das respostas de apoio alimentar. **A Dra. Ana Costa** comprometeu-se em finalizar este mapeamento, devendo afixar posteriormente na parede os mapas das 6 freguesias, por forma a construir o panorama do Concelho.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião terminou pelas 12H.